

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 21 de Março de 2005.

18 de Março de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação, *António José de Castro Guerra*.

**Despacho n.º 9857/2005 (2.ª série).** — 1 — Nos termos das disposições conjugadas dos artigos 2.º, 5.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para exercer funções de minha secretária pessoal Maria Amália Juradinho da Cruz, que para o efeito é requisitada ao Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento I. P. (IAPMEI), aplicando-se-lhe o disposto no n.º 4 *in fine*, do artigo 6.º do referido diploma.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 21 de Março de 2005.

24 de Março de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação, *António José de Castro Guerra*.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

### Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas

**Despacho n.º 9858/2005 (2.ª série).** — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e nos artigos 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para exercer as funções de adjunto do meu Gabinete o engenheiro técnico florestal João Paulo Marçal Lopes Catarino, para o efeito requisitado à Direcção-Geral dos Recursos Florestais.

4 de Abril de 2005. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, *Rui Nobre Gonçalves*.

**Despacho n.º 9859/2005 (2.ª série).** — 1 — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio a licenciada em Direito Rita Maria Pereira de Gouveia de Freitas, para o efeito requisitada à Direcção-Geral dos Recursos Florestais, para prestar colaboração no meu Gabinete na área da sua especialidade.

2 — A presente nomeação tem a duração de um ano, prorrogável por períodos idênticos, sendo contudo revogável a todo o tempo.

3 — As remunerações a processar mensalmente serão as equivalentes às estabelecidas por lei para o cargo de adjunto do Gabinete, bem como as despesas de representação.

4 — A nomeada tem direito, quando se deslocar em missão oficial no País e no estrangeiro, ao abono das correspondentes despesas de transporte e de ajudas de custo de montante igual ao fixado para os adjuntos do Gabinete.

5 — O presente despacho produz efeitos a partir de 6 de Abril de 2005.

7 de Abril de 2005. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, *Rui Nobre Gonçalves*.

### Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar

**Despacho (extracto) n.º 9860/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 12 de Abril de 2005 do director-geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar:

Helena Maria Ferreira Fernandes, técnica de informática, grau 1, nível 3 da carreira de técnico de informática, do quadro de pessoal desta Direcção-Geral — nomeada definitivamente, precedendo concurso, na categoria de técnico de informática, grau 2, nível 1 (escalão 2, índice 500) da carreira de técnico de informática no mesmo quadro, tendo sido obtida confirmação de cabimento, nos termos do n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002.

Maria Dulce Silva do Monte Sevinata da Rosa, técnica de informática, grau 1, nível 3 da carreira de técnico de informática, do quadro de pessoal desta Direcção-Geral — nomeada definitivamente, precedendo concurso, na categoria de técnico de informática, grau 2, nível 1 (escalão 1, índice 470) da carreira de técnico de informática no mesmo quadro, tendo sido obtida confirmação de cabimento,

nos termos do n.º 3 da Resolução de Conselho de Ministros n.º 97/2002.

(A aceitação do novo lugar produz efeitos à data do despacho.)  
(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Abril de 2005. — O Director-Geral, *António J. N. Ramos*.

### Direcção Regional de Agricultura do Alentejo

**Despacho (extracto) n.º 9861/2005 (2.ª série).** — Por despacho do director regional de Agricultura do Alentejo de 12 de Abril de 2005:

José Pedro Machado de Avelar Tavares, assessor da carreira de engenheiro do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo — nomeado, em regime de substituição, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, no cargo de chefe da Divisão de Associativismo e Renovação do Tecido Produtivo, da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, com efeitos a 15 de Abril de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Abril de 2005. — O Director Regional, *Luís Telo Rasquilha de Abreu*.

## MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

### Gabinete do Ministro

**Despacho n.º 9862/2005 (2.ª série).** — 1 — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio Maria Lígia Lopes dos Santos Correia para exercer as funções de secretariado no Gabinete de Imprensa.

2 — A nomeação é feita pelo período de um ano, renovando-se automaticamente por iguais períodos de tempo, salvo comunicação em contrário.

3 — Independentemente do disposto no número anterior a presente nomeação é revogável a todo o tempo.

4 — A remuneração a processar mensalmente será a equivalente à estabelecida por lei para o cargo de secretária pessoal de membro do Governo, incluindo subsídio de férias, de Natal e de refeição.

8 de Abril de 2005. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*.

### Gabinete da Secretária de Estado dos Transportes

**Despacho n.º 9863/2005 (2.ª série).** — Ao abrigo dos artigos 35.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, delego no secretário-geral do Ministério, Dr. José Albano da Silva Santos, com a faculdade de subdelegação, a competência para formular os pedidos de libertação de créditos e autorizar a emissão de meios de pagamento do meu Gabinete, nos termos dos artigos 17.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

5 de Abril de 2005. — A Secretária de Estado dos Transportes, *Ana Paula Mendes Vitorino*.

### Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais

**Despacho n.º 9864/2005 (2.ª série).** — Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, estabelece no n.º 4 do artigo 2.º, conjugado com o artigo 21.º, que o recrutamento dos titulares de cargos de direcção intermédia, designadamente de director de serviços, é efectuado por escolha de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;

Considerando que, atento o parecer da comissão de apreciação de candidaturas, constituída por meu despacho de 12 de Outubro de 2004, o licenciado António José Pereira Machado corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e os objectivos do serviço e detém as características especificamente adequadas ao exercício do cargo de director de serviços da Delegação de Transportes do Norte, conforme nota curricular em anexo;

Ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e dos n.ºs 3 e 4 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio, em

comissão de serviço, o licenciado António José Pereira Machado, assessor principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Transportes Terrestres, director de serviços da Delegação de Transportes do Norte.

18 de Abril de 2005. — O Director-Geral, *Jorge Jacob*.

### Nota curricular

#### I — Dados biográficos:

Nome — António José Pereira Machado;  
Data de nascimento — 7 de Setembro de 1946;  
Naturalidade — Marco de Canaveses;  
Nacionalidade — portuguesa.

II — Habilitações literárias — licenciatura em Agronomia, em 1975, pelo Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

#### III — Experiência profissional:

Ingresso na Direcção-Geral de Transportes Terrestres (DGTT) em 1973, onde, a partir de então, se desenrolou todo o seu percurso profissional;

De 1973 a 1986, as funções desempenhadas relacionaram-se com todas as matérias inerentes ao transporte regular de passageiros, no domínio das competências da DGTT e na colaboração com as mais diversas entidades;

Em 1986 foi transferido para a Delegação de Transportes do Norte, onde, gradualmente, passou a assumir novas tarefas — para além dos transportes regulares de passageiros, os transportes de mercadorias e os internacionais;

Em 1990 é nomeado director de serviços, cargo que desempenhou até 1999;

De 1999 a 2005, como assessor principal do quadro de pessoal da DGTT, tem participado em múltiplas acções, sendo de destacar:

Emissão de pareceres sobre planos directores municipais; Como membro do grupo de coordenação do Sistema de Transportes Públicos — Euro 2004;

Participação nos trabalhos conducentes à criação da autoridade metropolitana de transportes do Porto;

Membro da comissão de acompanhamento da Concessão do Sistema Metro do Porto.

**Despacho n.º 9865/2005 (2.ª série).** — Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, estabelece no n.º 4 do artigo 2.º, conjugado com o artigo 21.º, que o recrutamento dos titulares de cargos de direcção intermédia, designadamente de director de serviços, é efectuado por escolha de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;

Considerando que, atento o parecer da comissão de apreciação de candidaturas, constituída por meu despacho de 12 de Outubro de 2004, a licenciada Carmelita Helena Fernandes Gonçalves de Andrade Papoula corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e os objectivos do serviço e detém as características especificamente adequadas ao exercício do cargo de directora de serviços Jurídicos, conforme nota curricular em anexo;

Ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e dos n.ºs 3 e 4 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio, em comissão de serviço, a licenciada Carmelita Helena Fernandes Gonçalves de Andrade Papoula, assessora principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Transportes Terrestres, directora de serviços Jurídicos.

18 de Abril de 2005. — O Director-Geral, *Jorge Jacob*.

### Nota curricular

#### I — Dados pessoais:

Nome — Carmelita Helena Fernandes Gonçalves de Andrade Papoula;  
Data de nascimento — 25 de Março de 1947;  
Naturalidade — Sé, Funchal.

II — Habilitações — licenciatura em Direito, em 1972, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

III — Lugar do quadro — assessora principal da carreira técnica superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Transportes Terrestres.

IV — Experiência profissional — desenvolveu a carreira profissional na Direcção-Geral de Transportes Terrestres (DGTT), com início

em 1973, apenas com uma interrupção de dois anos, em período anterior ao seu ingresso no quadro permanente, durante o qual prestou serviço na assessoria jurídica da Direcção de Serviços de Comércio, em Luanda. Em 1977, ingressou no quadro permanente da DGTT, tendo progredido na carreira técnica superior, mediante concurso, acedendo em 1993 à categoria de assessor principal. Em 1995, foi nomeada chefe de divisão de Apoio Jurídico e em 2003, directora de serviços Jurídicos, em regime de substituição.

A sua prática profissional recaiu principalmente na área jurídica, tendo, porém, desempenhado também tarefas no domínio das relações internacionais e de técnica de transportes. No âmbito das funções técnico-jurídicas, integrou a delegação portuguesa na negociação e revisão de acordos bilaterais sobre transportes rodoviários, acompanhou a preparação de directivas sobre transportes na qualidade de perito governamental convidado pela Comissão da União Europeia e integrou a delegação portuguesa no Grupo de Questões de Transportes do Conselho em reuniões tendentes à elaboração de regulamentos e directivas.

Coordenou a feitura dos diplomas que reformularam o enquadramento jurídico das actividades sob tutela da DGTT e a aplicação do processo contra-ordenacional em matérias da competência deste organismo.

Representou a DGTT em grupos de trabalho multidisciplinares com organismos nacionais e organizações internacionais e integrou júris de exame para certificação profissional de gestor na actividade de transportes rodoviários de mercadorias e de passageiros, bem como júris de concurso de ingresso e acesso do quadro de pessoal da DGTT.

Frequentou e ministrou cursos de formação profissional e participou em diversas conferências, congressos, colóquios e seminários na área jurídica e dos transportes, tendo sido autora e co-autora de comunicações apresentadas em alguns desses eventos.

Foi co-coordenadora do trabalho «Sistema de informação de suporte às contra-ordenações», que obteve o Prémio Fernandes Costa, edição de 2004.

**Despacho n.º 9866/2005 (2.ª série).** — Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, estabelece no n.º 4 do artigo 2.º, conjugado com o artigo 21.º, que o recrutamento dos titulares de cargos de direcção intermédia, designadamente de director de serviços, é efectuado por escolha de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;

Considerando que, atento o parecer da comissão de apreciação de candidaturas, constituída por meu despacho de 12 de Outubro de 2004, a licenciada Graça Maria de Albuquerque Fernandes corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e os objectivos do serviço e detém as características especificamente adequadas ao exercício do cargo de directora de serviços da Delegação de Transportes do Centro, conforme nota curricular em anexo;

Ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e dos n.ºs 3 e 4 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio, em comissão de serviço, a licenciada Graça Maria de Albuquerque Fernandes, assessora principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Transportes Terrestres, directora de serviços da Delegação de Transportes do Centro.

18 de Abril de 2005. — O Director-Geral, *Jorge Jacob*.

### Nota curricular

#### Identificação:

Nome — Graça Maria Albuquerque Fernandes;  
Data de nascimento — 12 de Setembro de 1961;  
Natural de Lisboa.

#### Habilitações académicas:

Licenciatura em Engenharia Civil pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra;  
Pós-graduação em Transportes e Tráfego Urbano, professado no Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra;  
Pós-graduação em Engenharia Viária, pela mesma Faculdade.

Categoria profissional — assessora principal.

#### Experiência profissional:

Iniciou a sua carreira profissional na ex-Direcção dos Serviços Regionais de Hidráulica do Mondego — de Janeiro de 1987 a Maio de 1990;

Em 1 de Junho de 1990 inicia funções na Direcção-Geral de Transportes Terrestres, Delegação de Transportes do Centro, como engenheira estagiária;

Desde 16 de Outubro de 1995 — chefe da Divisão de Exploração e Acompanhamento das Infra-Estruturas de Transportes da